

COORDENADORIA GERAL DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS

EDITAL 015/2011-COGEPS

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS CADERNOS
DAS PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO
PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL
EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO
MOURÃO, DO ESTADO DO PARANÁ.**

O Coordenador da Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e considerando

- o Edital 001/2011-CMCMourão, de 01 de julho de 2011,
- o Edital 002/2011-CMCMourão, de 08 de julho de 2011,
- o Edital 003/2011-CMCMourão, de 12 de agosto de 2011,
- o Edital 001/2011-COGEPS, de 02 de agosto de 2011,
- o Edital 002/2011-COGEPS, de 08 de agosto de 2011,
- o Edital 003/2011-COGEPS, de 12 de agosto de 2011, e
- o Edital 014/2011-COGEPS, de 04 de setembro de 2011,

TORNA PÚBLICO:

Art. 1º Os cadernos das provas escritas do *Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo da Câmara Municipal de Campo Mourão, do Estado do Paraná*, conforme anexo único deste edital.

Art. 2º Os cadernos que constituem o anexo deste edital poderão ser usados para a demonstração do problema que o candidato julga haver na sua prova escrita.

Publique-se.

Cascavel, 04 de setembro de 2011.

JOÃO CARLOS CATTELAN
Coordenador de Concursos e Processos Seletivos
Portaria 1816/2011-GRE

CONCURSO PÚBLICO CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Observações

- 1. CADERNO DE PROVAS:** Este caderno contém a prova de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** que é constituída de três matérias: **Português, Matemática e Conhecimentos Gerais**. Cada matéria possui 10 questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as 30 questões que deve conter.
- 2. CARTÃO DE RESPOSTAS:** A partir das 9:30 horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.
- 3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.
- 4. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das 10:00 horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às 12h30 min., impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.
- 5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO:** Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas.

PORTUGUÊS

Leia o fragmento de texto abaixo e responda as questões 1, 2, 3 e 4.

Todo aquele ano, os bichos trabalharam feitos escravos. Mas trabalhavam felizes; não mediam esforços ou sacrifícios, cientes de que tudo quanto fizessem reverteria em benefícios deles próprios e dos de sua espécie, que estavam por vir, e não em proveito de um bando de seres humanos, preguiçosos e aproveitadores.

Na primavera e no verão, enfrentaram uma semana de sessenta horas de trabalho e, em agosto, Napoleão fez saber que haveria trabalho também nos domingos à tarde. Esse trabalho era estritamente voluntário, porém o bicho que não aceitasse teria sua ração diminuída pela metade. Mesmo assim, ficou alguma coisa por fazer. A colheita foi pouco menor que a do ano anterior, e duas lavouras, que deveriam receber nabos no início do verão, não foram plantadas por não ter sido possível ará-las a tempo. Era fácil prever que o inverno seria bastante duro.

(Fragmento da obra *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell)

1. Considerando o fragmento de texto, é correto afirmar que

A.	ele pertence ao gênero narrativo.
B.	o autor estabelece uma relação de companheirismo entre homens e animais.
C.	as animais estavam revoltados com a exploração.
D.	ele denigre a imagem dos animais, pois os coloca como preguiçosos.
E.	Napoleão, com toda a certeza, é um animal.

2. Considerando o primeiro parágrafo do fragmento, marque a alternativa INCORRETA.

A.	Na passagem <i>Mas trabalhavam felizes</i> , pode-se substituir <i>mas</i> por <i>porém</i> , sem que se altere o sentido do enunciado.
B.	<i>sua espécie</i> remete a <i>bichos</i> da primeira linha.
C.	O uso da palavra <i>bando</i> está empregada equivocadamente, já que é impossível se referir à espécie humana desse modo.
D.	Há uma relação contraditória entre <i>Mas trabalhavam felizes</i> e <i>trabalharam feitos escravos</i> , que é resolvida no desenvolvimento do parágrafo.
E.	<i>deles próprios</i> e <i>dos da sua espécie</i> têm um mesmo referente: <i>os bichos</i> .

3. De acordo com o segundo parágrafo do fragmento, marque a alternativa correta.

A.	Ele dá indícios de que os bichos trabalharam pouco, o que fica comprovado na passagem <i>A colheita foi um pouco menor</i> .
B.	<i>ará-las</i> remete a palavra nabo.
C.	O fato de os bichos trabalharem sessenta horas e no domingo à tarde não estabelece relação com a passagem inicial <i>trabalharam feitos escravos</i> .
D.	<i>fez saber</i> não tem o mesmo significado de comunicar ou informar.
E.	<i>também</i> permite inferir que os bichos já trabalhavam em outros dias da semana.

4. Marque a alternativa INCORRETA.	
A.	<i>e, e e também</i> , da primeira e segunda linhas do segundo parágrafo, são elementos que estabelecem uma relação de soma entre as partes que ligam.
B.	<i>que estavam por vir</i> possui referente direto no texto, pois que se trata de bichos, mesmo que estejam por vir.
C.	<i>Alguma coisa</i> não poderia ser substituído por <i>pouca coisa</i> , pois alteraria o sentido do enunciado.
D.	A predominância de flexões verbais na terceira pessoa do plural deve-se à palavra <i>bichos</i> , que é retomada elipticamente no decorrer do fragmento.
E.	<i>estritamente</i> deixa margens para dúvidas sobre o trabalho ser ou não voluntário.

Leio o fragmento de texto abaixo e responda as questões 5 e 6.

O importante não é como as coisas são, mas como elas mudam, e aí é que se constrói o Saber, nesse processo dinâmico, nessa insatisfação com os limites atuais, nesse questionamento do imutável. Conhecer significa infringir o tabu da evidência e da revelação que outrora provocou nossa expulsão do Paraíso que, diga-se de passagem, devia ser menos satisfatório do que nos sugerem nossas crises de nostalgia.

(Fragmento da obra *A Leitura em Questão*, de Jean Foucambert).

5. Marque a alternativa correta.

A.	O significado das palavras <i>Saber</i> e <i>Conhecer</i> são equivalentes.
B.	A repetição das palavras <i>nesse, nessa e nesse</i> impedem que as idéias do texto avancem.
C.	<i>ai</i> é um elemento que não encontra referente no texto.
D.	A palavra <i>insatisfação constrói</i> um efeito negativo sobre o sentido de Saber.
E.	A palavra <i>atuais</i> está mal empregada, pois não é possível conhecer a que tempo se refere.

6. Marque a alternativa INCORRETA.

A	A mudança é fundamental no processo da construção do conhecimento.
B	O autor defende a idéia de que as pessoas não devem se satisfazer com as coisas evidentes.
C	<i>nossa expulsão do paraíso</i> faz um referência a história bíblica de Adão e Eva.
D	<i>infringir o tabu</i> significa respeitar um posicionamento pré-estabelecido.
E	Em <i>crises de nostalgia</i> , tem-se uma crítica às pessoas que vivem de antigas recordações.

Leia o fragmento de texto abaixo e responda as questões 7 e 8.

A principal obrigação do bom jornalismo é não servir a interesses que não sirvam ao país.

“O dever do jornalismo é ir a fundo nos fins, buscando a verdade e oferecendo uma explicação justa e compreensível dos fatos e das questões. Jornalistas conscientes de toda a mídia devem se esforçar para servir o público com clareza e honestidade. A integridade é a pedra angular da credibilidade de um jornalista”.

(Fernando Mitre, Diretor Nacional do Jornalismo da Band).

7. É correto afirmar que

A.	a exclusão da palavra <i>não</i> , que aparece duas vezes na manchete, provoca mudança no sentido do enunciado.
B.	a pedra angular é a principal virtude do bom jornalista.
C.	no segundo enunciado do texto, o autor afirma que todos os jornalistas da mídia são conscientes.
D.	o uso das aspas serve para explicitar que o texto pertence a Fernando Mitre.
E.	o depoimento de Fernando Mitre é uma crítica aos colegas da Band que não prezam pela integridade jornalística.

8. Marque a alternativa INCORRETA.

A.	Em <i>a principal obrigação</i> , tem-se um pressuposto que afirma existirem outras obrigações além da citada.
B.	Pode-se dizer que <i>fatos</i> referem-se a acontecimentos e, <i>questões</i> , às perguntas que estes fatos possam suscitar.
C.	<i>Clareza e honestidade</i> são características que exigem esforços, do que se pode inferir que, na ausência de esforços, o jornalismo pode ser pouco claro e até desonesto.
D.	Fernando Mitre, ao se posicionar a respeito das qualidades do bom jornalismo, fere o princípio da imparcialidade jornalística pressuposta no decorrer do texto.
E.	<i>pedra angular</i> poderia ser substituída por <i>elemento fundamental</i> , mantendo-se o sentido do texto.

Leia o texto abaixo e responda as questões 9 e 10.

O programa *De Olho no Combustível* mostra o compromisso que a Petrobrás tem com o consumidor. A nova marca tem o símbolo do infinito. Porque o nosso controle de qualidade é assim: não para nunca. Só abasteça nos postos com essa marca. Confira a lista dos postos certificados no site da Petrobras Distribuidora.

(Propaganda veiculada na revista *Veja*, edição 2134)

9. É INCORRETO afirmar que

A.	existe uma relação direta entre as palavras <i>infinito</i> e <i>não para nunca</i> .
B.	o texto é um propaganda e, como tal, procura ser elogiosa a uma empresa.
C.	<i>De Olho no Combustível</i> é o título de um novo programa televisivo que deverá ir ao ar, segundo a empresa petrolífera.
D.	no quarto enunciado, tem-se um sentido de ordem, garantido pelas palavras <i>Só</i> e <i>abasteça</i> .
E.	O último enunciado deixa implícito que existem postos que não possuem certificação, já que existe uma lista para verificação.

10. Marque a alternativa INCORRETA.	
A.	Conforme as características do gênero propaganda, pode-se afirmar que se trata de um texto persuasivo.
B.	<i>Consumidor</i> é, em geral, o público alvo da propaganda e, em particular, os donos de carro.
C.	<i>assim</i> é um elemento de remissão que se refere, no caso, a <i>não para nunca</i> .
D.	O texto tem problema de coerência, já que é impossível simbolizar o infinito.
E.	Pode-se afirmar que se trata de uma propaganda destinada a pessoas que tem por necessidade abastecer veículos.

MATEMÁTICA

11. Uma fábrica de biscoitos embala seus produtos em pacotes de 200g, 400g, 700g e 1.000g. Um supermercado revende o pacote de 200g por R\$1,66, o de 400g por R\$3,20, o de 700g por R\$5,67 e o de 1.000g por R\$7,70. Pode-se afirmar que	
A.	o pacote de 1.000g possui o preço equivalente a 5 pacotes de 200g.
B.	o pacote de 400g possui maior preço por quilograma de biscoito do que o pacote de 700g.
C.	o menor preço por quilograma de biscoito é obtido na embalagem de 700g.
D.	é mais econômico comprar dois pacotes de 200g do que um pacote de 400g.
E.	o pacote de 200g é o que possui o maior preço por quilograma de biscoito.

12. Um tijolo maciço pesa o dobro de um tijolo furado e o triplo de uma telha. Então é correto afirmar que	
A.	três tijolos furados pesam tanto quanto duas telhas.
B.	um tijolo maciço pesa o quádruplo de meia telha.
C.	uma telha pesa tanto quanto meio tijolo furado.
D.	três telhas pesam tanto quanto dois tijolos furados.
E.	uma telha e um tijolo furado pesam juntos tanto quanto um tijolo maciço.

13. Uma empresa fabrica envelopes de papel. A empresa possui um custo de fabricação de R\$8.000,00 mensais com despesas fixas (funcionários, energia elétrica, entre outras), mais R\$0,02 para cada envelope produzido. O preço de venda de cada envelope é de R\$0,10. Nestas condições, pode-se afirmar que em um determinado mês	
A.	a função que representa o lucro na fabricação e venda de x envelopes, é $f(x) = 0,10x - 8000$.
B.	o lucro da fabricação e venda de 2.000 envelopes é de R\$1.600,00.
C.	o gráfico que representa o lucro na fabricação de x envelopes é uma parábola.
D.	é necessário produzir e vender 100.000 envelopes para cobrir as despesas fixas do mês.
E.	a empresa já tem lucro com a produção e venda de 1.000 envelopes.

14. Considerando as matrizes A , B e C dadas por	
$A = \begin{bmatrix} 1 & 2 \\ 3 & 5 \end{bmatrix}, \quad B = \begin{bmatrix} -2 & 3 & -1 \\ 1 & 5 & 1 \end{bmatrix}, \quad \text{e} \quad C = \begin{bmatrix} 0 & 3 \\ 1 & 5 \\ 1 & 0 \end{bmatrix},$	
podemos afirmar que	
A.	é possível calcular os produtos $B \cdot C$ e $C \cdot B$ mas ocorre que $B \cdot C \neq C \cdot B$.
B.	$B \cdot C = C \cdot B$.
C.	é possível calcular o produto $A \cdot C$ mas não é possível calcular o produto $C \cdot A$.
D.	é impossível efetuar o produto $A \cdot B$.
E.	$A \cdot B = C \cdot A$.

15. Ana, Bruna e Carolina são as filhas de Dario. As idades das três filhas são diferentes e estão em PG. A filha do meio (em idade) tem 12 anos e a soma das três idades é 37 anos. Qual a idade da filha mais velha?

A.	13.
B.	15.
C.	16.
D.	18.
E.	20.

16. Um padeiro prepara todo dia a mesma quantidade de massa para fazer seus pães. Todos os dias ele usa 60g de massa para cada pão. Um certo dia ele usa 50g de massa para cada pão, e consegue fazer 40 pães a mais do que nos outros dias. Quantos pães foram feitos neste dia?

A.	240.
B.	360.
C.	300.
D.	120.
E.	720.

17. Considere a função $f(x) = -x^2 + 2x + 3$, cujo gráfico é uma parábola. Se $f'(x)$ designa a derivada da função f então é correto afirmar que

A.	para todo $x \in [-1, 3]$ tem-se $f'(x) \geq 0$.
B.	Se (a, b) é vértice da parábola, então $f'(x) = 0$.
C.	$f'(x) < 0$ para todo $x \in \mathbb{R}$.
D.	as raízes da parábola satisfazem a equação $f'(x) = 0$.
E.	$f(x) = f'(x)$ para todo $x \in \mathbb{R}$.

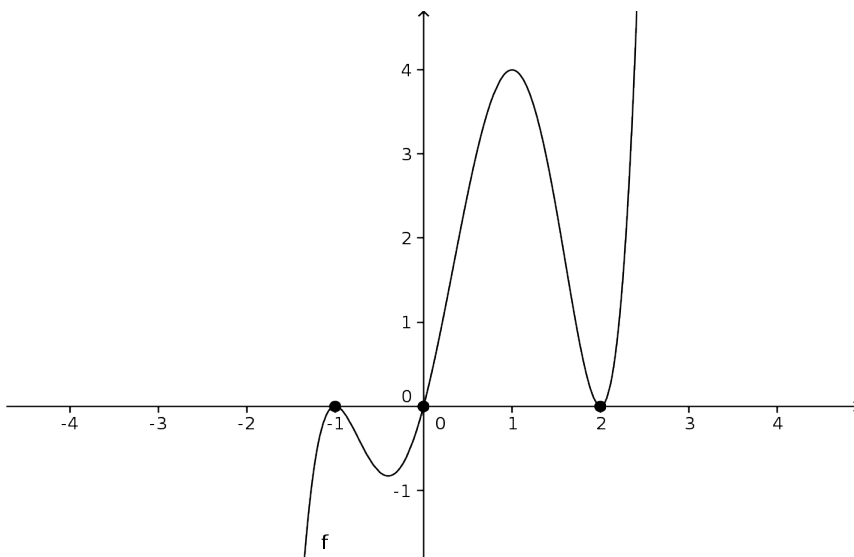
18. Uma pesquisa foi feita com 200 casais que responderam quantos filhos o casal possui. As respostas estão na tabela de frequência abaixo.

Número de filhos	frequência
0	23
1	38
2	70
3	49
4	18
mais de 4	2

Com relação aos dados desta pesquisa é correto afirmar que

A.	Menos de 25% dos casais possuem no máximo 1 filho.
B.	Menos de 10% dos casais não possuem filhos.
C.	A moda é não ter filhos.
D.	A proporção de casais com 4 filhos ou mais é de 1 para cem.
E.	A proporção de casais com 4 filhos ou mais é de 1 para 10.

19. O gráfico abaixo representa uma função polinomial $f(x)$ de grau 5.



Com base neste gráfico, pode-se garantir que

A.	esta função possui raízes irracionais.
B.	as raízes de f não são todas números reais.
C.	$f(x) = x^2 - 2x$.
D.	$f(x) = x^5 - 2x$.
E.	as raízes de f são todos números inteiros.

20. Jaime empresta de um banco o montante de R\$600,00 que será pago no prazo de um ano da seguinte forma: o montante será dividido em 12 parcelas de igual valor e, no último dia de cada mês, Jaime vai ao banco e paga uma parcela mais os juros de 8% sobre cada parcela ainda não quitada até aquele dia. Ao final de um ano, o valor total (montante mais juros) pago Jaime ao banco é

A.	R\$900,00.
B.	R\$648,00.
C.	R\$876,00.
D.	R\$912,00.
E.	R\$756,00.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. A Política de Desenvolvimento Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Campo Mourão, tem por objetivos, EXCETO,

A.	assegurar a todos os seus habitantes: a) existência digna; b) bem-estar e justiça sociais.
B.	priorizar o primado do trabalho.
C.	cooperar com a União e o Estado e consorciar-se a outros Municípios, na realização de metas de interesse da coletividade.
D.	procedimentos administrativos de conduta do servidor público efetivo.
E.	promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico.

22. De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos seguintes princípios (além da publicidade):

A.	Qualidade, eficiência, ética e rapidez.
B.	Legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
C.	Impessoalidade, qualidade, ética e presteza.
D.	Legalidade, pessoalidade, ética e eficiência.
E.	Qualidade, pessoalidade, ética e eficiência.

23. São Poderes do Município de Campo Mourão, independente e harmônicos entre si:

A.	Legislativo e o Executivo.
B.	Executivo e o Judiciário.
C.	Judiciário e o Legislativo.
D.	Administrativo e Judiciário.
E.	Executivo e Administrativo.

24. A investidura em cargo público ocorre com a

A.	aprovação em concurso público.
B.	declaração de vacância do cargo.
C.	posse.
D.	nomeação.
E.	designação.

25. O período inicial do funcionário no serviço público, no qual ele é testado para verificar sua adaptação no trabalho, denomina-se

A.	fase de adaptação.
B.	nomeação.
C.	exercício.
D.	fase de experiência.
E.	estágio probatório.

26. Avaliações de desempenho e a adoção de políticas de premiações ou gratificações estão próximas da coerência e das expectativas dos funcionários, o que, além de permitir cumprir o seu papel profissional, lançam novos desafios e perspectivas de seu/sua

A.	satisfação organizacional.
B.	crescimento profissional.
C.	planejamento social.
D.	ação cultural.
E.	classificação extraprofissional.

27. O objetivo da licitação é	
A.	verificar o nível de satisfação dos empregados.
B.	reunir fornecedores para venda de bens e serviços da instituição.
C.	divulgar o balanço patrimonial da instituição.
D.	identificar a proposta mais vantajosa para a administração.
E.	divulgar os eventos internos.

28. São modalidades de licitação:	
A.	Convite, edital, reunião, serviços e concurso.
B.	Receita, despesa, custo, variação e resultado.
C.	Concorrência, tomada de preços, convite, pregão e leilão.
D.	Tomada de preços, leilão, receita e despesa.
E.	Reunião, edital, concorrência e resultado.

29. Segundo o Regimento Interno, a Câmara Municipal compõem-se de Vereadores eleitos entre cidadãos maiores de _____, pelo sistema proporcional, mediante pleito direto, realizado simultaneamente em todo País.	
A.	21 (vinte e um) anos.
B.	18 (dezoito) anos.
C.	16 (dezesesseis) anos.
D.	19 (dezenove) anos.
E.	17 (dezessete) anos.

30. Segundo o Histórico publicado no portal do Município, Campo Mourão emancipou-se em:	
A.	10 de outubro de 1947.
B.	20 de outubro de 1948.
C.	18 de outubro de 1947.
D.	10 de outubro de 1946.
E.	10 de novembro de 1947.

CONCURSO PÚBLICO CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO PROCURADOR JURÍDICO

Observações

- 1. CADERNO DE PROVAS:** Este caderno contém a prova de **PROCURADOR JURÍDICO** que é constituída de uma matéria: **Conhecimentos Específicos**. A matéria possui 30 questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as 30 questões que deve conter.
- 2. CARTÃO DE RESPOSTAS:** A partir das 9:30 horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.
- 3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.
- 4. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das 10:00 horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às 12h30 min., impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.
- 5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO:** Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROCURADOR JURÍDICO

1. Assinale a alternativa INCORRETA com relação a alimentos.	
A.	São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.
B.	A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor.
C.	Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, não sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.
D.	No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
E.	O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

2. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.	
A.	Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
B.	O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito.
C.	O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.
D.	O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
E.	O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade não fosse manifesta.

3. Com relação a responsabilidade civil segundo o CDC, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	A responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço compreende os vícios por inadequação e o vício do produto ou do serviço abrange os defeitos de segurança.
B.	A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, obsta a decadência.
C.	Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria..
D.	Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.
E.	A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

4. Assinale alternativa correta quanto ao processo e o procedimento.	
A.	O procedimento comum é ordinário ou sumário. O procedimento especial e rege-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais dos procedimentos ordinário e sumário.
B.	A tutela antecipada poderá ser total ou parcial, preparatória ou incidental, não podendo ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
C.	Os recursos cabíveis, no procedimento sumário, devem ser interpostos e impugnados nos prazos comuns e não tem revisor. Dispensam relatório nos autos, antes de julgamento.
D.	No procedimento sumário são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
E.	Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresente defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 (quinze) dias.

5. Com relação a ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	Tratando-se de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até 10 (dez) dias, contados da data do vencimento.
B.	Na contestação da ação de consignação em pagamento, que deverá, em regra, ser apresentada em 15 (quinze) dias, o réu poderá alegar que o depósito não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida.
C.	Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de bens de ausentes.
D.	Não oferecida a contestação, e ocorrentes os efeitos da revelia, o juiz julgará procedente o pedido, declarará extinta a obrigação e condenará o réu nas custas e honorários advocatícios.
E.	Na ação consignatória a coisa julgada relaciona-se apenas com a suficiência ou insuficiência da oferta.

6. Sobre ações possessórias, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.
B.	O juiz pode converter o interdito proibitório em manutenção. Mas a possessória não pode ser julgada como ação de imissão de posse, que é ação petítória.
C.	O réu da ação possessória pode reconvir para postular a proteção possessória e a indenização pelos danos decorrentes da turbação ou do esbulho perpetrado pelo autor.
D.	Na pendência do processo possessório é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento de domínio.
E.	É defeso ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.

7. Com relação aos crimes contra o patrimônio assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, a tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa é crime de extorsão.
B.	Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico, logo quem a subtrai para si ou para outrem comete o crime de roubo.
C.	Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima é considerado crime de dano qualificado.
D.	Quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias comete o crime de apropriação de coisa achada.
E.	Quem engana no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor entregando uma mercadoria por outra, pratica o crime de fraude no comércio punível com pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos ou multa.

8. Assinale a alternativa correta com relação aos crimes contra a administração.	
A.	Se alguém finge ser policial e exige dinheiro para não prender a vítima pratica o crime de concussão.
B.	O crime de concussão consuma-se no momento em que a exigência chega ao conhecimento da vítima, sendo a obtenção da vantagem mero exaurimento.
C.	Se o funcionário público concorre culposamente para o crime de outrem pratica o crime de peculato culposo, neste caso a reparação do dano se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
D.	Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem comete o crime de corrupção privilegiada com pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa.
E.	Enquanto na corrupção passiva, o funcionário público negocia (exige) seus atos, visando uma vantagem indevida. Na prevaricação isso não ocorre. Aqui o funcionário público viola sua função para atender a objetivos pessoais.

9. Quanto a Prescrição e Decadência no âmbito da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.	
A.	A prescrição extingue o próprio direito, ao passo que a decadência atinge a ação vinculada ao direito, tornando-o impotente.
B.	Os prazos prescricionais no ramo justrabalhista tendem, quase sempre, de fato, a corresponder a direitos potestativos.
C.	A menoridade trabalhista é fator impeditivo da prescrição, independentemente de ser o menor absoluta ou relativamente incapaz.
D.	O prazo prescricional e decadencial advém tanto da norma jurídica heterônoma ou autônoma, como de instrumentos contratuais.
E.	Verificada a causa suspensiva da prescrição, cessa a contagem do prazo já transcorrido e verifica-se a eliminação do prazo prescricional em curso.

10. Com relação a férias, assinale a alternativa correta.	
A.	Na modalidade do regime de tempo parcial o empregado terá direito a férias, na proporção de 18 (dezoito) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 20 (vinte) horas até 25 (vinte e cinco) horas.
B.	Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.
C.	É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, que deverá ser requerido até 15 (quinze) dias após o término do período aquisitivo.
D.	O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de 7 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá seu período de férias reduzidos à metade.
E.	A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.

11. Assinale a alternativa correta quanto à insalubridade e periculosidade.	
A.	A eliminação da insalubridade mediante simples fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo não exclui a percepção do respectivo adicional.
B.	O adicional de periculosidade incide sobre o salário básico e sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.
C.	A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, respeitados o direito adquirido e o princípio da irredutibilidade salarial.
D.	O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo da indenização e de horas extras.
E.	Os empregados que operam em bomba de gasolina tem direito ao adicional de insalubridade.

12. Quanto aos efeitos da cessação do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.	
A.	Na hipótese de dispensa do empregado, qualquer que seja a causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.
B.	O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais.
C.	No caso de pedido de demissão somente são devidas as seguintes verbas: aviso prévio, saldo de salários, décimo terceiro proporcional.
D.	É legal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
E.	A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

13. Quanto às ações e recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.	
A.	Na ação rescisória, o que se ataca na ação é a sentença, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim sendo, e considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia produz confissão na ação rescisória.
B.	Para a fixação de competência territorial em sede de ação civil pública, não cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor.
C.	O <i>jus postulandi</i> das partes, estabelecido no artigo 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
D.	A antecipação de tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por não ser impugnável mediante recurso ordinário.
E.) No procedimento sumaríssimo todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento. Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.

14. Assinale a alternativa INCORRETA com relação aos crimes contra a administração.	
A.	A inserção de dados falsos em sistema de informação pode ser classificado como crime próprio; formal; de forma livre; comissivo; instantâneo; unissubjetivo; plurissubsistente sendo admissível a tentativa.
B.	A modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações é crime próprio de funcionário público que tem como objeto jurídico a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral.
C.	O extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento é crime próprio de funcionário público; formal; de forma livre; comissivo (omissivo na forma “sonegar”); instantâneo; unissubjetivo; unissubsistente ou plurissubsistente, conforme o caso.
D.	No crime de corrupção a bilateralidade é requisito indispensável. Não pode apresentar-se de maneira unilateral. Para a caracterização da corrupção passiva, é indispensável a existência da infração de corrupção ativa.
E.	Pratica infração de corrupção ativa quem oferecer ou promover vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício

15. Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a administração.	
A.	A facilitação do contrabando ou descaminho é infração cometida por funcionário público. Para caracterizar a infração basta a qualidade de ser o agente funcionário público e participar do fato.
B.	O funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra a disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, comete o crime de prevaricação.
C.	A infração de violação do sigilo de proposta de concorrência é crime praticado por particular contra a administração pública.
D.	O Diretor de Penitenciária e/ou agente público, que deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo pratica a infração de condescendência criminosa.
E.	Nos casos de abuso de autoridade, a ação penal será iniciada, somente após a instauração de inquérito policial ou justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso, nos termos da Lei nº 4898/65.

16. O controle externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art. 31 da Constituição Federal. O parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar só deixa de prevalecer por decisão	
A.	da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
B.	da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
C.	de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
D.	de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
E.	de dois quintos dos membros da Câmara Municipal.

17. Em relação às condições de elegibilidade para Vereador, assinale a alternativa correta de acordo com as assertivas seguintes:	
<p>I. nacionalidade brasileira. II. alistamento eleitoral. III. filiação partidária. IV. domicílio eleitoral na circunscrição. V. idade mínima de 21 anos.</p>	
A.	Apenas I, II, III e V estão corretas.
B.	Apenas II, III e IV estão corretas.
C.	Apenas I e II estão corretas.
D.	Apenas I, II e III estão corretas.
E.	Apenas I, II, III e IV estão corretas.

18. De acordo com a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, EXCETO,	
A.	proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
B.	instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
C.	fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
D.	estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
E.	combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

19. No que diz respeito ao processo legislativo, é correto afirmar que	
A.	a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
B.	compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos-leis e resoluções.
C.	as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
D.	as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente, que deve solicitar delegação ao Senado Federal.
E.	a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Câmara dos Deputados, com o respectivo número de ordem, independentemente de ter sido proposta pelo Presidente da República ou pelo Poder Legislativo.

20. A Lei Orgânica Municipal tem por base preceitos estabelecidos na Constituição Federal. Assinale o preceito que NÃO corresponde à correta disposição constitucional:

A.	Subsídio dos vereadores fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o disposto na Constituição e os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica.
B.	Iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico, através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
C.	Julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.
D.	Inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
E.	O total da despesa com a remuneração dos vereadores não pode ultrapassar o montante de três por cento da receita do Município.

21. A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) é correto afirmar, EXCETO,

A.	Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
B.	A finalidade da ADIn é retirar do ordenamento jurídico lei ou ato normativo incompatível com a ordem constitucional.
C.	O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
D.	O ajuizamento da ADIn sujeita-se à observância do prazo de 120 dias, a contar da data de publicação da lei ou do ato a ser impugnado.
E.	A ADIn por omissão visa combater a inércia do Estado em legislar ou regulamentar assunto previamente estipulado na Constituição Federal.

22. Relativamente à intervenção do Estado em seus municípios, é INCORRETO afirmar que ocorrerá quando

A.	se deva pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
B.	não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
C.	não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
D.	deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
E.	o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

23. De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União é competente para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões. Deste modo, a manifestação do TCU contribui para a formação de ato

A.	composto.
B.	complexo.
C.	bilateral.
D.	simples.
E.	geral.

24. Assinale a alternativa correta, considerando o que a legislação brasileira estabelece quanto à intervenção do Estado na propriedade privada.	
A.	A modalidade indicada em caso de perigo público iminente é a servidão administrativa.
B.	A ocupação temporária enseja sempre o direito à prévia indenização.
C.	São modalidades de intervenção o parcelamento, a edificação compulsória e o tombamento.
D.	Apenas os Estados podem instituir o IPTU progressivo no tempo.
E.	Nunca caberá indenização quando se tratar de servidão administrativa.

25. Em relação aos bens públicos, é INCORRETO afirmar que	
A.	o regime jurídico dos bens públicos caracteriza-se pela inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-onerabilidade.
B.	bens de uso especial são aqueles destinados à execução dos serviços públicos ou a servirem de estabelecimentos para os entes públicos.
C.	bens dominicais são aqueles que pertencem ao patrimônio público mas não têm destinação específica.
D.	os mares, praias, rios, estradas, ruas e praças incluem-se entre os bens de uso comum do povo.
E.	quanto à natureza da pessoa titular, os bens públicos são somente federais e estaduais.

26. Sobre as modalidades de licitação estabelecidas na Lei nº 8.666/93, assinale a única assertiva que se encontra em desacordo com a prescrição legal.	
A.	Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
B.	Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o trigésimo dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
C.	Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
D.	Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
E.	Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

27. A Lei nº 8.429/92 apresenta distintas espécies de atos de improbidade administrativa. São elas:	
A.	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento sem causa; que causam prejuízo ao governo; e que atentam contra os princípios gerais de Direito.
B.	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; e atos de improbidade administrativa que atentam contra o poder de polícia.
C.	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que atentam contra a hierarquia e a disciplina administrativa; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
D.	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
E.	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento sem causa; que atentam contra a hierarquia e a disciplina administrativa; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios gerais de Direito.

28. Em relação à responsabilidade civil do Estado e o direito de regresso contra o agente causador de danos a terceiros, nos termos previstos no § 6º do art. 37 da Constituição Federal, é correto afirmar, EXCETO,	
A.	As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos também respondem por danos que seus agentes porventura causem a terceiros.
B.	A aposentadoria não exclui a responsabilidade do agente e, portanto, o direito à ação regressiva a fim de ressarcir os prejuízos do erário.
C.	A Constituição consagrou a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.
D.	No caso de culpa concorrente, não se exclui a responsabilidade, mas há apenas a atenuação do <i>quantum</i> .
E.	O agente responde junto ao Estado, desde que este comprove a culpa ou o dolo daquele.

29. A Constituição Federal consagrou o princípio federativo, delimitando e dividindo entre os entes políticos o poder de tributar. Leia as assertivas seguintes e assinale a alternativa correta.	
<p>I. cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.</p> <p>II. o Código Tributário Nacional admite a delegação da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.</p> <p>III. a competência residual é exclusiva da União para a instituição de novos impostos.</p> <p>IV. o Município é competente para estabelecer imunidades tributárias.</p>	
A.	Apenas I, II e III estão corretas.
B.	Apenas II, III e IV estão corretas.
C.	Apenas I e II estão corretas.
D.	Apenas I e IV estão corretas.
E.	Apenas I, II e IV estão corretas.

30. Para o Direito Tributário, hipótese de incidência	
A.	verifica-se sempre quando o sujeito passivo é ao mesmo tempo credor e devedor do sujeito ativo.
B.	é a descrição legal de um fato de forma prévia e genérica que, uma vez concretizada, enseja o nascimento da obrigação principal.
C.	é o vínculo que se estabelece entre o Estado credor e o particular, sujeito passivo, em função de uma prestação de cunho patrimonial.
D.	é a ocorrência do fato gerador previsto em lei, tendo por objeto uma obrigação de dar.
E.	é a possibilidade de lançamento de um tributo condicionada a um evento futuro.

CONCURSO PÚBLICO CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO CONTADOR

Observações

- 1. CADERNO DE PROVAS:** Este caderno contém a prova de **CONTADOR** que é constituída de uma matéria: **Conhecimentos Específicos**. A matéria possui 30 questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as 30 questões que deve conter.
- 2. CARTÃO DE RESPOSTAS:** A partir das 9:30 horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.
- 3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.
- 4. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das 10:00 horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às 12h30 min., impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.
- 5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO:** Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CONTADOR

1. O § 1º do art. 165 da Constituição Federal dispõe que o PPA "... estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal...." Como se aplica essa "regionalização" nos municípios que, diferentemente da União, não tem essa divisão?	
A.	Como esse texto é Federal, os Municípios devem desprezá-lo e desenvolver os seus PPA's da forma que melhor lhes convier.
B.	Os municípios devem obedecer aos ditames das suas Leis Orgânicas que, obrigatoriamente, tem disposições acerca do planejamento orçamentário, podendo, essa "regionalização" ser entendida como a divisão por zonas, bairros etc.
C.	Nos municípios os PPA's são planejados com divisão por Secretarias.
D.	Nos Municípios são os Vereadores que determinam como deve ser cada PPA.
E.	O Prefeito fica obrigado a encaminhar um projeto de lei ao Legislativo propondo a criação de regiões.

2. O § 2º, do art. 35, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, definiu que uma lei complementar estipularia os prazos de envio do projeto de lei do PPA ao Poder Legislativo. A LRF é essa lei complementar, mas ela não definiu esse prazo. O que devem os Municípios proceder quanto à isso?	
A.	A entrega do projeto de lei do PPA ao Legislativo é aquele definido na Lei Orgânica do Município.
B.	Como a LRF não definiu esse prazo, o Prefeito deve seguir o prazo dado ao Executivo Federal.
C.	Como a LRF não definiu esse prazo, o Prefeito deve seguir o prazo dado ao Executivo Estadual.
D.	O Poder Legislativo deve, neste caso, estipular o prazo.
E.	Como o projeto de lei do PPA é de iniciativa do Poder Executivo, o Prefeito é que define este prazo.

3. Como era estruturada a despesa pública, em termos de funcional-programática, pela da Portaria 9/74, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, e como é hoje essa estrutura conforme as regras da Portaria MOG 42/1999?	
A.	Na primeira portaria eram 26 funções de governo, tendo como desdobramentos os Programas e Subprogramas. Já na de 1999, são 18 funções de governo, seus desdobramentos são as subfunções e, os programas são criados pelos municípios para a solução dos seus problemas.
B.	Na primeira portaria, eram 16 funções de governo, tendo como desdobramentos os Programas e Subprogramas. Já na de 1999, são 28 funções de governo, seus desdobramentos são as subfunções e, os programas não são criados pelos municípios.
C.	Na primeira portaria, eram 16 funções de governo, tendo como desdobramentos os Programas e Subprogramas. Já na de 1999, são 28 funções de governo, seus desdobramentos são as subfunções e, os programas, são criados pelos municípios para a solução dos seus problemas.
D.	Na primeira portaria, eram 10 funções de governo, tendo como desdobramentos os Programas e Subprogramas. Já na de 1999, são 20 funções de governo, seus desdobramentos são as subfunções e, os programas são criados pelos municípios para a solução dos seus problemas.
E.	Na primeira portaria, eram 15 funções de governo, tendo como desdobramentos os Programas e Subprogramas. Já na de 1999, são 25 funções de governo, seus desdobramentos são as subfunções e, os programas são criados pelos municípios para a solução dos seus problemas.

4. Conforme a Portaria MOG 42/99 as subfunções:	
A.	Não poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
B.	Poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
C.	Representam uma partição do Programa, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
D.	Representam uma partição de um órgão, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
E.	Representam o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

5. A Resolução CFC nº 1.128/08 aprovou a NBC T 16.1” a qual define que <i>o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público</i> :	
A.	São as receitas e despesas públicas.
B.	São os prédios Públicos.
C.	É a Contabilidade Pública.
D.	É o Patrimônio Público.
E.	É o Erário Público.

6. O artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64 define os créditos adicionais como sendo:	
A.	Os créditos adicionais classificam-se em: I- <i>suplementares</i> , os destinados a reforço de dotação orçamentária; II- <i>especiais</i> , os destinados a despesa para as quais não haja dotação orçamentária específica; e III- <i>extraordinários</i> , os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
B.	Os créditos adicionais classificam-se em: I- <i>suplementares</i> , os destinados a reforço de dotação orçamentária; II- <i>especiais</i> , os destinados a despesa para as quais haja dotação orçamentária específica; e III- <i>extraordinários</i> , os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
C.	Os créditos adicionais classificam-se em: I- <i>suplementares</i> , os destinados a reforço de dotação orçamentária; II- <i>especiais</i> , os destinados a despesa para as quais não haja dotação orçamentária específica; e III- <i>extraordinários</i> , os destinados a despesas urgentes e imprevistas.
D.	Os créditos adicionais classificam-se em: I- <i>suplementares</i> , os destinados a despesa para as quais não haja dotação orçamentária específica; II- <i>especiais</i> , os destinados a reforço de dotação orçamentária; e III- <i>extraordinários</i> , os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
E.	Os créditos adicionais classificam-se em: I- <i>suplementares</i> , os destinados a despesa para as quais não haja dotação orçamentária específica; II- <i>especiais</i> , os destinados a reforço de dotação orçamentária; e III- <i>extraordinários</i> , os destinados a despesas urgentes e imprevistas.

7. O Poder Legislativo Municipal pode, por sua iniciativa, proceder alterações na Lei do PPA?	
A.	Sim, desde que tenha sido sugerida por um cidadão.
B.	Sim, desde que todos os vereadores estejam de acordo.
C.	Não, a não ser que tenha sido decidido nos Conselhos de Saúde e de Educação.
D.	Sim, desde que indiquem a fonte dos recursos.
E.	Não, pois a iniciativa do projeto de lei do PPA, e suas alterações, cabe ao Poder Executivo.

8. As modalidades de licitação, de acordo com a Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002 :	
A.	Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso, o Leilão, os Especiais e os Comuns.
B.	Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso e o Pregão.
C.	Concorrência, a Tomada de Preços e o Convite.
D.	Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso, o Leilão e o Pregão.
E.	A Tomada de Preços, o Convite, o Concurso, o Leilão e o Pregão.

9. Quais categorias de entidades compreendem a Administração Indireta do Poder Público, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, com alterações dadas pelo Decreto-Lei nº 2.299/86?	
A.	Serviços Públicos Concedidos e Serviços Públicos Permitidos.
B.	Fundos Especiais, Fundações, Autarquias e Empresas de Economia Mista.
C.	Fundos, Fundações e Autarquias.
D.	Fundos Especiais, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas.
E.	Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações.

10. Um Prefeito decidiu, no início do mês de junho, de um determinado ano, montar um projeto de lei criando uma “Taxa” nova para ser cobrada dos contribuintes do seu Município. Este Prefeito vai pedir aos Vereadores que apreciem o referido projeto de lei com urgência de forma que, em menos de um mês, o erário já conte com as entradas da cobrança dessa nova taxa. Você, como assessor deste Prefeito, o que diria a ele?	
A.	Diria que, é possível os os Municípios e os Estados cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou pois a Constituição Federal não pode interferir no poder de tributação municipal..
B.	Diria que, pela limitação do poder de tributar, dado pela Constituição Federal no seu artigo 150, inciso III, não seria possível possível os Poderes Públicos cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Porém, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em suas Disposições Transitórias, permite essa cobrança, se for no final do mandato, para equilíbrio das finanças municipais.
C.	Diria que, pela limitação do poder de tributar, dado pela Constituição Federal, não é possível os Poderes Públicos cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
D.	Diria que, pelo Código Tributário Nacional, se a Taxa for de competência do Poder Público Municipal, é possível o Prefeito ter o referido projeto de lei transformado em lei imediatamente.
E.	Diria que, se houver aprovação na Câmara por maioria absoluta, o Prefeito logrará êxito, ou seja, terá seu projeto de lei aprovado no mês de julho, possibilitando, a parti deste mês a devida cobrança.

11. Em contabilidade Pública, a “Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios” (receita que representa a participação dos Municípios no Importo de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados), é registrada na seguinte codificação da receita:	
A.	17210101.
B.	17210102.
C.	17220102.
D.	17210103.
E.	17219999.

12. A portaria SOF 9/74 estabeleceu a “funcional-programática” (função, programas subprogramas). A Portaria MOG 42/1999, a estrutura passou, a ser “classificação funcional” e “estrutura programática”. Isso significa que a despesa pública passou a ser estruturada da seguinte maneira:

A.	função, programas (estes a cargo de cada ente) e subfunção.
B.	função, programas e subprogramas.
C.	despesas de capital e correntes.
D.	função, subfunção e programas (estes a cargo de cada ente).
E.	função, subfunção, nos programas e subprogramas.

13. O que se pode afirmar sobre a Subfunção, estrutura criada pela Portaria MOG 42/99, que faz parte da classificação funcional da despesa?

A.	Que é uma partição do programa, visando agregar um subconjunto de despesa do setor público, e podem ser combinadas com programas diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
B.	Que é uma partição da função, visando agregar um subconjunto de despesa do setor público, e não podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
C.	Que é uma partição da função, visando agregar um subconjunto de despesa do setor público, e podem ser combinadas com programas diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
D.	Que é uma partição da função, visando agregar um subconjunto de receita e despesa do setor público, e podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
E.	Que é uma partição da função, visando agregar um subconjunto de despesa do setor público, e podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.

14. A LDO sendo um dispositivo mediador entre o PPA e a LOA, além de compreender a metas e prioridades da administração, deve, segundo a CF/88 no seu artigo 165, parágrafo 2º:

A.	Estabelecer os critérios para os créditos adicionais.
B.	Orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual e dispor sobre alterações tributárias.
C.	Estabelecer as ações que compõem os programas de governo.
D.	Orientar a elaboração do Plano Plurianual e dispor sobre alterações tributárias.
E.	Orientar a elaboração do plano de governo.

15. Observados os critérios estabelecidos na LDO, conforme artigo 4º, inciso I, alínea “b” da LRF, quando os municípios devem limitar empenhos?

A.	Quando verificar que, ao final de um mês, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais.
B.	Quando verificar que, ao final de um semestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais.
C.	Quando verificar que os haveres estão menores que a dívida de curto prazo.
D.	Quando verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais.
E.	Quando as despesas de pessoal e de serviços terceiros, somadas, atingirem 60% da Receita Corrente Líquida.

16. A LRF em seu artigo 4º, inciso I, alínea “f” estabelece que a LDO deve dispor sobre condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. Porém o artigo 26 desta mesma lei complementa o assunto dispondo que estas transferências devem:	
A.	Estar previstas no orçamento e atender as condições estabelecidas na LDO.
B.	Estar previstas no orçamento.
C.	Ser autorizadas por lei específica, estarem previstas no orçamento e, atender as condições estabelecidas na LDO.
D.	Estar previstas no PPA, LDO e LOA .
E.	Estar arroladas num programa de governo.

17. De acordo com o artigo 5º, inciso III, da LRF, a utilização e o montante da reserva de contingência devem ser estabelecidos na LDO de que forma?	
A.	Com base na receita.
B.	Com base no resultado primário.
C.	Com base na receita corrente líquida.
D.	Com base no resultado nominal.
E.	Com base no anexo de metas fiscais.

18. Quais são as medidas de compensação da renúncia de receitas de que trata o inciso II do artigo 14 da LRF?	
A.	Pela aprovação na Câmara de emendas que compensem a renúncia da receita.
B.	Pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
C.	Pelo aumento da estimativa do orçamento a que se refere a renúncia.
D.	Pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
E.	Por Operações de Crédito por Antecipação de Receitas - ARO

19. A Portaria Interministerial 163/2001, no seu artigo 8º, dispõe sobre a dotação global denominada reserva de contingência. Qual deve ser a utilização da reserva de contingência segundo este dispositivo legal?	
A.	Atender as metas fiscais previstas na LDO.
B.	Ser fonte de recursos para abertura de créditos adicionais para suplementação das despesas com pessoal.
C.	Ser fonte de recursos para suplementação das dotações da dívida pública.
D.	Conseguir abertura dos créditos adicionais extraordinários.
E.	Ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, da LRF.

20. O art. 44 da LRF trata da vedação da aplicação das receitas de capital da alienação de bens e direitos à determinadas despesas. Quais são essas despesas?	
A.	Apenas as despesas correntes.
B.	Trata-se das despesas correntes, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência privada dos servidores públicos.
C.	Trata-se das despesas correntes, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social dos servidores públicos.
D.	Apenas as despesas de capital.
E.	Trata-se das despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social dos servidores públicos.

21. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, só poderão ser feitas, segundo o artigo 169, § 1º e inciso II da Constituição Federal... ?	
A.	... se houver autorização no PPA.
B.	... se estiver previsto nas ações do programa de Apoio Administrativo.
C.	... se houver superávit financeiro do exercício anterior.
D.	... se houver autorização específica na LDO.
E.	... se houver autorização em lei específica.

22. Pelo art. 17 da LRF para ser considerada “obrigatória e de caráter continuado” a despesa precisa ter basicamente três condições, que são:	
A.	Ser despesa de capital, derivada de lei e, a execução ser superior a três anos.
B.	Ser despesa corrente, derivada de lei e, a execução ser superior a dois anos.
C.	Ser despesa corrente, derivada de lei e, a execução ser superior a três anos.
D.	Ser despesa de capital, derivada de lei e, a execução ser superior a dois anos.
E.	Ser despesa corrente, derivada de lei e, a execução ser superior a um ano.

23. As Receitas de Capital se dividem nas subcategorias, a saber:	
A.	Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Dívidas, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.
B.	Operações de crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.
C.	Operações de Crédito, Receita Patrimonial, Amortização de Dívidas, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.
D.	Operações de Crédito, Receita patrimonial, Receita Industrial, Transferências de capital e Outras Receitas de Capital.
E.	Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita Industrial.

24. As Receitas de Valores Mobiliários é fonte pertencente a qual subcategoria de receita?	
A.	Receita de Serviços
B.	Receita de Contribuição
C.	Receita Patrimonial
D.	Receita Tributária
E.	Outras receitas correntes

25. O artigo 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal estabelece a composição do orçamento público, que compreende:	
A.	O orçamento que estima a receita e fixa a despesa.
B.	O orçamento que estima a receita e a despesa.
C.	O orçamento fiscal da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
D.	O orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas nas quais o governo detenha a maioria do capital e o orçamento da seguridade social.
E.	O orçamento do Poder Executivo e do Legislativo, obedecido ao princípio de unidade.

26. O quê prevê o princípio orçamentário da universalidade?	
A.	Prevê que orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro.
B.	Prevê que a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
C.	Prevê que as receitas e despesas devem ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos.
D.	Prevê que todas as receitas e despesas constarão da lei do orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
E.	Prevê que a lei orçamentária compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações.

27. A natureza da despesa tem, obrigatoriamente, os seguintes desdobramentos:	
A.	Categoria econômica, grupos de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa.
B.	Categoria econômica, modalidade de aplicação e elementos de despesa.
C.	Categoria econômica, grupos de despesa e modalidade de aplicação.
D.	Pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes.
E.	Pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida e reserva do RPPS.

28. O elemento de despesa cujo código é 3.2.90.21.00 refere-se a que tipo de despesa?	
A.	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
B.	Juros sobre a Dívida por Contrato
C.	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
D.	Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária
E.	Contratação por Tempo Determinado

29. A Lei 4.320/1964, em seu artigo 60, veda a realização de despesa sem prévio empenho. O que significa prévio empenho?	
A.	Que o empenho tem que sair somente antes do pagamento.
B.	Que o empenho tem que ser anterior a liquidação despesa.
C.	Que o empenho tem que ser anterior ao evento, ou seja, antes de se adquirir alguma coisa, ou se contratar algum serviço, há a necessidade da emissão do empenho.
D.	Que o empenho tem que ser anterior à licitação, ou seja, antes do procedimento licitatório há a necessidade da emissão do empenho.
E.	Que o empenho seja emitido antes do vencimento da aquisição da mercadoria ou prestação do serviço.

30. Como se dá a abertura dos créditos adicionais extraordinários?	
A.	Mesmo sendo exceção à regra, deve haver uma disposição na Lei de Diretrizes Orçamentárias sobre a possibilidade da abertura dos créditos extraordinários e, depois, havendo necessidade da abertura de fato, isso se dará por decreto do Poder Executivo.
B.	Dada a sua exceção à regra da prévia autorização legal, eles serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deve dar conhecimento de imediato ao Poder Legislativo.
C.	Através da previsão na lei orçamentária e com decreto do Poder Executivo.
D.	Os créditos extraordinários são para despesas imprevisíveis, ou seja, alheio à vontade humana e por isso ele não se subordina a nenhum ato legal, podendo ser aberto a qualquer momento.
E.	Precisa haver a previsão no PPA, na LDO e na LOA e depois disso, abre-se por decreto do Poder Executivo.